

AMBIENTE

Juiz pára obras da Hidrovia Paraná-Paraguai

Justiça Federal cassou também licenças ambientais, a pedido do Ministério Público

NELSON FRANCISCO
Especial para o Estado

CUIABÁ – A Justiça Federal em Mato Grosso embargou ontem as obras na Hidrovia Paraguai-Paraná. As licenças ambientais expedidas para o projeto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema) foram anuladas. A medida resulta da ação proposta pelo Ministério Público. A proibição inclui a realização de obras de dragagem, construção de estradas, portos e a colocação de placas de sinalização ao longo do Rio Paraguai.

Com a decisão do juiz Julier Sebastião da Silva, da 3.ª Vara Federal, já está comprometido o transporte de mercadorias ao longo do rio, pois as licenças ambientais perderam o valor legal, fazendo com que portos, sinalizações e estradas sejam considerados irregulares. Após a notificação, quem continuar a operar estará descumprindo ordem judicial, o que é crime.

A principal obra – e mais polêmica – é a construção do Porto de Morrinhos, em Cáceres (MT). A declaração da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) que concedeu ao Pantanal Mato-Grossense o status de Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade esquentou ainda mais o debate sobre o projeto.

O governador Dante de Oliveira (PSDB), ex-deputado federal que apresentou a emenda das Diretas Já, defende a hidrovia, mas pede mudanças no projeto. “Não queremos obras que causem impacto ao meio ambiente. A hidrovia tem de se adaptar ao rio, não o contrário”, comentou.

A Hidrovia do Mercosul atravessa Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Saindo de Cáceres, são 3.442 quilômetros, pelo Pantanal até Corumbá (MS), passando por Assunção e desembocando no Paraná até chegar em Nueva Palmira, na Foz do Prata.

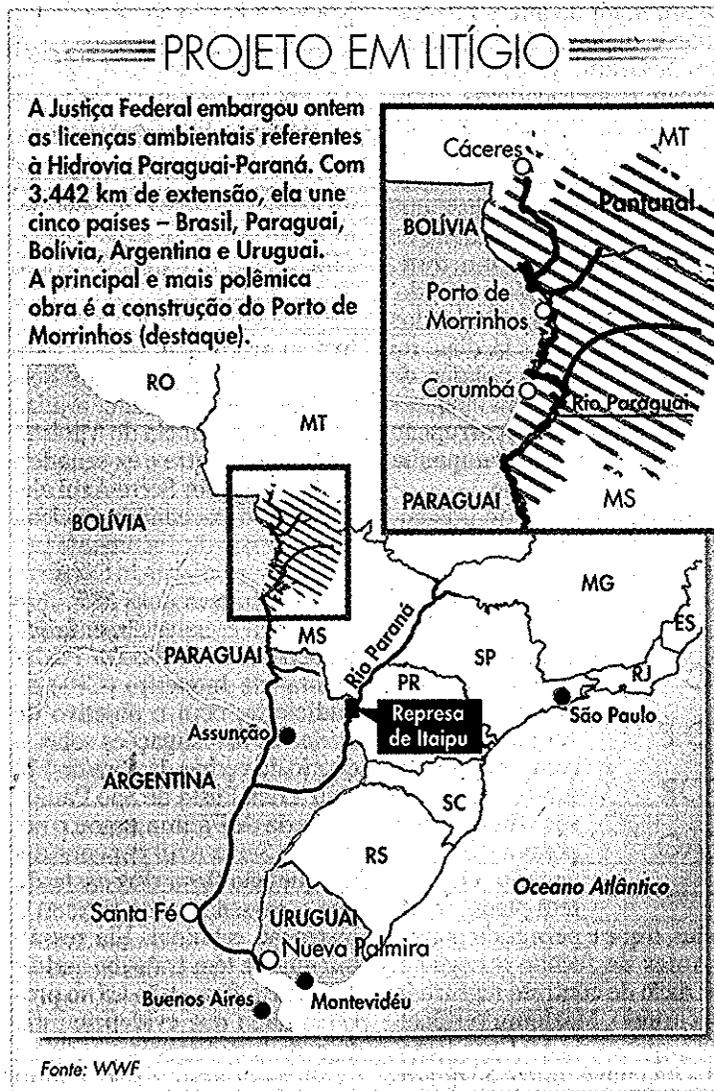
A Justiça Federal também proibiu que o Ibama conceda li-

cença ambiental para empreendimentos isolados da hidrovia. “Impossível, a seu turno, o fomento do projeto, já que o impacto deste deve ser analisado e relatado em um único Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), pelo menos no trecho nacional da hidrovia”, justificou o juiz.

Denúncias – As primeiras denúncias contra as obras da hidrovia foram feitas pelo deputado estadual Gilney Viana (PT), que entrou com representações na Procuradoria da República e na Procuradoria da Justiça de Mato Grosso. “Com essa decisão, vamos exigir que o governo brasileiro faça um levantamento global do projeto.”

Segundo estudo do Consórcio Hidroservice-Louis Berger no Brasil e nos Estados Unidos, ao qual o Estado teve acesso, o projeto propõe a dragagem em 92 passagens, expansão de cinco curvas, remoção de rochas ou aprofundamento do leito do rio em vários trechos e balizamento.

TRANSPORTE
FLUVIAL
PERMANECE
SUSPENSO



1010

Documentação

Fonte: OESP

Data: 21/12/2000 Pg. 410

Class: 130

Ministério dos Transportes contesta a ação

Equipe técnica diz que medida é "um absurdo" e Advocacia-Geral da União será acionada

CHICO ARAÚJO

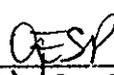
BRASÍLIA - O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, anunciou ontem que vai acionar a Advocacia-Geral da União (AGU) para tentar suspender o embargo das obras da Hidrovia Paraguai-Paraná. A área técnica do ministério considerou "um absurdo" a decisão do juiz da 3.^a Vara Federal em Mato Grosso, Julier Sebastião da Silva, que acolheu ação do Ministério Público Federal (MPF).

"Além de arbitrária, a decisão demonstra um desconhecimento total do que é a hidrovia e de sua importância para a região", comentou o assessor para assuntos da hidrovia no Ministério dos Transportes, Alex Oliva. Ele explicou que o departamento jurídico do ministério foi acionado ontem para derrubar o embargo. Padilha espera uma mobilização de todo o setor econômico da região para tentar reverter a decisão judicial.

Este ano, o Ministério dos Transportes investiu mais de R\$ 2 milhões nas obras de sinalização e acesso da também conhecida "Hidrovia do Mercosul". A previsão de investimentos para o próximo ano é de R\$ 4 milhões. Pela decisão da Justiça Federal, no entanto, ficaram proibidas todas as obras de dragagens, a construção de estradas e portos e a colocação de placas de sinalizações ao longo do Rio Paraguai.

Ibama - A Assessoria de Imprensa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) informou que o órgão já foi notificado sobre a determinação da Justiça Federal. A presidente do Ibama, Marília Marreco, determinou ontem à Diretoria de Controle Ambiental a realização de um levantamento sobre todas as licenças ambientais expedidas. Em dez dias, o levantamento deverá ser enviado para o juiz da 3.^a Vara Federal, em Mato Grosso.

O órgão informou ainda que teria expedido apenas uma licença de dragagem rotineira para a hidrovia, para o trecho entre Passo Presidente e Passagem Velha.

INSTITUTO		Documentação	
			
SOCIOAMBIENTAL			
Fonte	OESP		
Data	21/12	2000	Pg A 10
Class.	130		